

## NOTA TÉCNICA

## Aspectos Dinâmicos do Desemprego e da Posição na Ocupação

Marcelo Neri\*\*  
Danilo Coelho\*\*  
Milene Ancora\*\*\*  
Alexandre Pinto\*\*\*

Dois fatos tem sido mostrados de forma contundente em estudos recentes sobre o mercado de trabalho no Brasil: altos diferenciais salariais e alta rotatividade nos postos de trabalho.

Gustavo Gonzaga num estudo sobre rotatividade no setor formal demonstrou através de dados do Registro Anual de Informações Sociais (RAIS) que 49% dos trabalhadores brasileiros possuem menos de dois anos de serviço numa mesma empresa, revelando assim um índice de rotatividade em nível bastante superior aos observados nos países desenvolvidos.<sup>1</sup>

Em alguns estudos, a alta mobilidade na posição na ocupação é vista como algo positivo, capaz de diminuir no longo prazo os efeitos dos diferenciais salariais existentes sobre o nível de bem-estar social.

No nosso entendimento, uma alta mobilidade na posição por ocupação é uma evidência da alta rotatividade nos postos de trabalho. Se, por um lado, esta mobilidade diminui o tempo de ajuste do mercado de trabalho em relação a choques; por outro, a alta mobilidade induz a baixa qualidade dos postos de trabalho ao reduzir o incentivo das firmas de investir na formação de seus trabalhadores. Além disso, a alta mobilidade gera uma alta incerteza de renda, acarretando uma diminuição do nível de bem-estar social.

Esta nota tem o objetivo de tornar pública estatísticas sobre mobilidade ocupacional no Brasil, dando especial ênfase à clivagem existente entre trabalhadores formais e informais<sup>2</sup>. Foram calculadas diversas probabilidades de transição de posição na ocupação a começar de dados longitudinais construídos a partir da Pesquisa Mensal do Emprego (PME) para as seis principais regiões metropolitanas brasileiras durante o período 1982/96.<sup>3</sup>

Os resultados encontrados mostram que: a) o setor informal possui uma mobilidade de três a cinco vezes maior do que a observada no setor formal; b) os trabalhadores sem carteira de trabalho entram com mais frequência no desemprego mas também saem mais rápido do desemprego do que os trabalhadores com carteira; e c) a baixa duração do desemprego no Brasil é, em grande parte, explicada pelo fenômeno do trabalhador desencorajado que, após uma rápida passagem pelo desemprego, passa à inatividade.

## • NATUREZA DAS TRANSIÇÕES E ASPECTOS INSTITUCIONAIS

Ao analisar a mobilidade entre posições na ocupação pela PME nos deparamos com a falta de informações retrospectivas sobre o período anterior à primeira entrevista do domicílio pesquisado. Esta falta de informações é denominada censura à esquerda.

Se o processo for markoviano, o tempo de permanência num dado estado não afeta a distribuição do tempo de saída deste estado. Se este for o caso, o problema da falta de informações retrospectivas não afetará o cálculo da probabilidade de os indivíduos mudarem de posições na ocupação de um mês para o outro. Em contraste, se o processo não for markoviano, isto é, o tempo de permanência importa, a censura à esquerda irá afetar o cálculo destas probabilidades, pois a PME não informa a quanto tempo o indivíduo está na posição em que ele declarou na primeira entrevista.

Abaixo algumas razões que tornariam as probabilidades de transição dependentes do tempo (isto é, tornariam o processo não-markoviano):

- a) a legislação trabalhista brasileira torna o custo de demissão função crescente do tempo de permanência de um trabalhador no emprego;
- b) o seguro-desemprego pode induzir o trabalhador formal a provocar a sua demissão, assim como também pode afetar a duração de seu desemprego;
- c) quanto maior o tempo de permanência do trabalhador na empresa maior terá sido o investimento em treinamento, que será perdido caso a empresa o demita e reinvesta em outro trabalhador;
- d) geralmente, os meses iniciais são períodos de experiência em que os vínculos entre trabalhador e firma são muito frágeis, pois estão numa fase de conhecimento mútuo ou de experiência. Em outras palavras, no período de experiência o "casamento" (matching) entre trabalhadores e firmas é testado. A própria legislação trabalhista prevê um período de três meses de experiência, isentos de custos de demissão para as firmas.

A fim de investigar se a natureza do processo é markoviana ou não, estimamos algumas probabilidades de saída de posições na ocupação sem o problema de censura à esquerda. As probabilidades calculadas foram as de

\* Esta nota resume os principais resultados de um texto homônimo a ser apresentado no congresso da ABET em setembro próximo no Rio de Janeiro.

\*\* Da UFF e do IPEA.

\*\*\* Do IPEA.

<sup>1</sup> Ver Gonzaga, G. *Rotatividade, qualidade do emprego e distribuição de renda no Brasil*. Rio de Janeiro: PUC, 1996 (Texto para discussão, n. 355).

<sup>2</sup> Ver Barros, R. P., Sedláček, G. e Varandas, S. *Segmentação e mobilidade no mercado de trabalho brasileiro: uma análise da área metropolitana de São Paulo*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1989 (Série Monográfica, 35).

<sup>3</sup> Ver Nen, M. *Exploring the Longitudinal Aspects of PME*. Rio de Janeiro: IPEA, 1996 mimeo.

saída de uma posição na ocupação dado, que ele está a apenas um mês, a apenas dois meses e a três meses ou mais numa determinada posição na ocupação. As posições na ocupação analisadas foram: com carteira, sem carteira, desempregado e inativo. A amostra analisada se refere a uma média das seis principais regiões metropolitanas brasileiras no período janeiro de 1982 a fevereiro de 1996.

### • AS PROBABILIDADES DE SAÍDA DAS POSIÇÕES NA OCUPAÇÃO

A Tabela 1 apresenta quatro tipos de probabilidade de saída da posição na ocupação num determinado mês. Sendo duas destas probabilidades imunes ao problema de censura à esquerda:

- a) probabilidade de sair no mês seguinte da posição na ocupação, dado que ele está apenas a um mês numa determinada posição;
- b) probabilidade de sair no mês seguinte da posição na ocupação, dado que ele está apenas a dois meses numa determinada posição.

TABELA 1  
PROBABILIDADE DE SAÍDA NA OCUPAÇÃO  
DADO O TEMPO DE PERMANÊNCIA

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	SEM CENSURA		COM CENSURA	
	1 MÊS	2 MESES	(+) DE 3 MESES	INDETERMINADO
COM CARTEIRA	41%	22%	5%	10%
SEM CARTEIRA	56%	40%	24%	40%
INATIVO	43%	27%	5%	10%
DESEMPREGADO	65%	55%	47%	60%

Fonte: PME/IBGE.

As probabilidades da Tabela 1 que possuem o problema de censura à esquerda são :

- c) a probabilidade de sair no mês seguinte de uma determinada posição na ocupação, dado que ele está a três meses ou mais nesta posição; e
- d) a probabilidade de sair no mês seguinte de uma determinada posição na ocupação.

A Tabela 1 demonstra, por exemplo, que um trabalhador com carteira a apenas um mês tem 41% de probabilidade de sair desta posição, enquanto no caso dos sem carteiras esta estatística sobe para 56%.

Verificou-se uma taxa de mobilidade monotonicamente decrescente em relação ao tempo de permanência em

Os trabalhadores sem carteira possuem uma mobilidade muito mais alta do que a dos trabalhadores com carteira. Esta diferença se torna crescente com o tempo de permanência na posição na ocupação, chegando a ser cinco vezes maior quando é analisada a mobilidade das pessoas que estão a mais de três meses na ocupação. A razão entre as probabilidades de saída dos sem carteira e dos com carteira quando estão nessas posições a apenas um mês, dois meses e três meses ou mais são respectivamente 1.36, 1.82 e 4.8. Um dos motivos que pode estar causando esta grande diferença é que o custo de demissão dos trabalhadores formais aumenta com o passar do tempo. Além disso, a legislação trabalhista prevê um período de experiência de três meses, sendo este período isento de custos de demissão para as firmas.

Foi encontrada uma mobilidade muito alta para as pessoas que estão apenas um mês na posição na ocupação. Esta mobilidade pode estar sendo superestimada devido a erros que porventura o entrevistado, o entrevistador ou até mesmo o decodificador estejam cometendo. Mesmo que a média de tais erros seja zero, ela acaba por contaminar as medidas de mobilidade estudadas<sup>4</sup>.

### • A HETEROGENEIDADE DO DESEMPREGO

A Tabela 2 mostra a probabilidade de saída, no mês seguinte, do desemprego com e sem desalento, condicionada a estar apenas a um mês ou dois meses fora de uma determinada posição na ocupação. No caso da probabilidade sem desalento, o trabalhador está condicionado também a não ir para a inatividade. Tomemos como exemplo um trabalhador que estava desempregado a dois meses e que a sua última posição antes do desemprego era com carteira. Este tinha 51% de probabilidade de deixar o desemprego no mês seguinte. Já no caso em que estamos interessados em saber a probabilidade de saída do desemprego sem caminhar para a inatividade, isto é, sem desalento, esta probabilidade se reduz a 38%.

TABELA 2  
PROBABILIDADE DE SAÍDA DO DESEMPREGO DADA A POSIÇÃO ANTERIOR NA OCUPAÇÃO

	COM CARTEIRA <sup>a</sup>	SEM CARTEIRA <sup>a</sup>	COM CARTEIRA <sup>b</sup>	SEM CARTEIRA <sup>b</sup>
1 MÊS DESEMPREGADO	56%	68%	41%	48%
2 MESES DESEMPREGADO	51%	60%	38%	42%

Fonte: PME/IBGE. <sup>a</sup>Incluindo desalento. <sup>b</sup>Excluindo desalento.

As probabilidades de saída do desemprego diminuem em média 39%, quando calculadas sem considerar o desalento como saída do desemprego. Este resultado revela que a baixa duração do desemprego no Brasil é em larga escala explicada pelo fenômeno do trabalhador des-

com carteira. Este resultado foi encontrado para todas as regiões metropolitanas estudadas. O seguro-desemprego e o FGTS podem estar afetando estas probabilidades na medida em que segmentos que não possuem estes direitos, como os sem carteira, são obrigados a aceitar qualquer proposta de emprego.

O resultado da análise anterior sobre o caráter não-markoviano do desemprego, isto é, o tempo de permanência num dado estado afeta a distribuição do tempo de saída deste estado, continuou sendo válido quando separamos os desempregados pela ocupação anterior. As probabilidades de saída também continuam sendo decrescentes em relação ao tempo de permanência na ocupação<sup>5</sup>.

A Tabela 3 apresenta as probabilidades condicionadas de um trabalhador migrar para as diferentes posições na ocupação, dado que ele era um empregado com carteira ou sem carteira no mês anterior. Esta tabela evidencia, por exemplo, que sendo que o indivíduo inicialmente um trabalhador com carteira ele possuía uma probabilidade

TABELA 3  
TABELA DE PROBABILIDADES  
CONDICIONADAS DE TRANSIÇÃO (%)

POSICÃO INICIAL	POSICÃO FINAL				TOTAL
	CONTINUAR	INATIVO	DESEMPR	OUTROS	
COM CARTEIRA	90%	2%	1%	7%	100%
SEM CARTEIRA	60%	9%	3%	27%	100%

Fonte: PME/IBGE.

de transitar para o desemprego de 1% e de ir para a inatividade de 2%, enquanto se ele fosse um sem carteira estas probabilidades sobem para 3% e 9%, respectivamente. Estas estatísticas junto com as apresentadas na Tabela 2 demonstram que o trabalhador sem carteira entra com mais frequência, assim como sai mais rapidamente do desemprego do que o com carteira.

## • CONCLUSÕES

Esta nota visou discutir algumas estatísticas sobre mobilidade ocupacional no Brasil, dando especial ênfase aos segmentos com carteira e sem carteira. O nosso principal resultado é que a mobilidade entre os trabalhadores informais é muito superior àquela encontrada para os trabalhadores formais. Por exemplo, a mobilidade dos trabalhadores sem carteira de trabalho chega a ser cinco vezes maior do que a dos trabalhadores formais, no caso de pessoas que estão a mais de três meses na ocupação.

Além disso, verificamos que as mudanças da posição na ocupação seguem um processo não-markoviano, isto é, o tempo de permanência numa determinada posição afeta a probabilidade de saída desta posição. Sendo esta taxa de saída decrescente com o tempo de permanência na posição na ocupação.

Uma outra constatação é que o trabalhador sem carteira é o que mais entra no desemprego. Em contrapartida, o trabalhador sem carteira possui maior probabilidade de sair do desemprego do que o trabalhador com carteira. Por fim, constatamos que a baixa duração do desemprego no Brasil é em larga escala explicada pelo fenômeno do trabalhador desencorajado que passa do desemprego à inatividade.

5  
Ver Bivar, W., *Aspectos da estrutura do desemprego no Brasil: composição por sexo e duração*. Rio de Janeiro: BNDES, 1993.